



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Cezinha de Madureira – PSD/
SP

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.406, DE 2022

Altera dispositivos da Lei nº 12.089, de 2009, para limitar seu escopo às instituições federais de ensino superior e admitir exceções para ocupação simultânea de duas vagas em seus cursos de graduação.

Autor: Deputado ALEX SANTANA

Relator: Deputado CEZINHA DE
MADUREIRA

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o Projeto de Lei nº 1.406, de 2022, de autoria do Deputado Alex Santana, que propõe a alteração da Lei nº 12.089, de 11 de novembro de 2009, com vistas a restringir sua aplicação às instituições federais de ensino superior e, ainda, prever hipóteses de exceção à vedação de matrícula simultânea em dois cursos de graduação.

A proposição tem por finalidade limitar o alcance da lei vigente, que atualmente alcança todas as instituições públicas de ensino superior, de qualquer esfera federativa, para restringi-lo apenas às universidades federais. Além disso, admite a possibilidade de dupla matrícula nos casos em que uma das vagas seja em curso presencial e a outra em curso à distância, quando a segunda matrícula decorrer de desistência de candidatos anteriormente convocados ou, ainda, quando o estudante pertença a família de baixa renda, definida como aquela com renda per capita de até um e meio salário-mínimo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Cezinha de Madureira – PSD/
SP

2

Na justificação, o autor ressalta que a competência normativa da União deve se limitar às instituições federais, preservando-se a autonomia administrativa de estados e municípios. Argumenta que a evolução do ensino superior, especialmente com a expansão dos cursos à distância, modificou substancialmente o contexto existente à época da edição da lei, tornando irrazoável impedir que um mesmo estudante curse simultaneamente uma graduação presencial e outra remota. Defende também que a autorização da dupla matrícula em casos de vagas remanescentes evita a ociosidade de recursos públicos e, por fim, sustenta que a exceção para estudantes de baixa renda representa medida de justiça social, que reconhece e estimula o mérito acadêmico de jovens capazes de superar barreiras socioeconômicas para alcançar o ensino superior gratuito.

A proposição foi distribuída à Comissão de Educação e a este colegiado, estando sujeita à apreciação conclusiva, em regime de tramitação ordinário.

No âmbito das comissões temáticas, o projeto recebeu parecer pela aprovação, na forma de substitutivo, na Comissão de Educação.

O substitutivo da Comissão de Educação proíbe a ocupação simultânea de duas vagas em cursos de graduação em instituições públicas de ensino superior, mas admite duas exceções: quando o estudante cursar ao mesmo tempo uma vaga presencial e outra a distância, ou quando a segunda vaga decorrer de desistência de candidatos convocados, após processos de remanejamento no mesmo ano letivo.

O texto também disciplina a consequência da duplicidade não permitida: o aluno será notificado a optar por uma das vagas em cinco dias úteis e, se não o fizer, será cancelada a matrícula mais antiga quando se tratar de instituições diferentes, ou a mais recente quando ocorrer na mesma instituição.

Nos casos em que houver mais de duas matrículas, mesmo nas hipóteses autorizadas, o estudante deverá escolher no máximo duas. Se





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Cezinha de Madureira – PSD/
SP

3

não cumprir a exigência, as matrículas excedentes serão canceladas, aplicando-se o mesmo critério de antiguidade ou novidade conforme a instituição. Em qualquer situação de cancelamento, ficam anulados também os créditos obtidos no curso correspondente.

Esgotado o prazo regimental de cinco sessões, não foram oferecidas emendas ao projeto, conforme atesta a Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, *a*, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.406, de 2022, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Educação.

No que toca à **constitucionalidade formal**, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 24, IX), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

No âmbito da **constitucionalidade material**, não se constatarem quaisquer violações a princípios ou normas de ordem substantiva da Constituição de 1988.

Nada temos a opor quanto à **juridicidade** das proposições.

Quanto à **redação** e à **técnica legislativa**, cumpre assinalar que o texto do projeto merece reparos, o que fazemos mediante o oferecimento de uma emenda, nesta oportunidade.

O Substitutivo da Comissão de Educação, a seu turno, respeita, em linhas gerais, as disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Cezinha de Madureira – PSD/SP

4

não se identificando impropriedades relevantes que comprometam sua clareza ou coerência normativa.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.406, de 2022, na forma da emenda apresentada, como também do Substitutivo da Comissão de Educação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado CEZINHA DE MADUREIRA
Relator

Apresentação: 09/09/2025 12:07:49.593 - CCJC
PRL 1 CCJC => PL 1406/2022

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 533 | CEP:
70160-900 – Brasília/DF

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253783027200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Cezinha de Madureira

